



O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil

Methodologies for teaching-learning in the Natural Sciences in youth and adult education: weaving dialogues

João Paulo Santos Neves¹; Maria Aparecida Monteiro da Silva²

RESUMO

Neste trabalho, buscamos refletir sobre os conceitos de democracia racial e as influências que esta concepção traz para nosso dia a dia. Vivemos em uma sociedade que prega valores individuais e coletivos; entretanto, os individuais sobrepõem os coletivos quando as necessidades de cada um são apresentados primeiro. Historicamente construímos e ainda estamos em processo [e acredito que deveremos sempre estar] de conhecimento, reflexão, ressignificação e reestruturação do pensamento. Somos humanos, e essa é a beleza. O fato de sermos humanos nos faz frágeis em nossas próprias atitudes; e nessas fragilidades apontamos caminhos para melhorar. Ao longo das linhas convidamos você a remontar historicamente [uma parte] alguns fatos que materializam a tentativa de construir a noção de democracia racial; e ao final, provocamos a leitura da seção sobre a construção do mito.

Palavras-chave: Mito; Democracia racial; Movimentos. Preconceito.

ABSTRACT

In this work, we seek to reflect on the concepts of racial democracy and the influences that this conception brings to our day to day life. We live in a society that preaches individual and collective values; however, the individual overlaps the collective when the needs of each are presented first. We have historically built and are still in the process [and I believe we should always be] of knowledge, reflection, resignification and restructuring of thought. We are human, and that is the beauty. The fact of being human makes us fragile in our own attitudes; and in these fragilities we point out ways to improve. Along the lines we invite you to trace back historically [a part] some facts that materialize the attempt to construct the notion of racial democracy; and in the end, we provoke the reading of the section on the construction of the myth.

Keywords: Myth. Racial democracy; Movements; Preconception.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é caracterizada por uma diversidade cultural que resulta de um processo histórico marcado pela miscigenação de povos portugueses, indígenas, negros, japoneses, chineses, libaneses, italianos, entre outros. Diante de tamanha diversidade de raças tem-se como reflexo a manifestação da discriminação por meio de expressões simbólicas ou por atos de agressão e violência,

¹ Mestrando de Ciências da Educação; Professor da SEDUC-MT; Professor no Colégio Mãe da Divina Providência - Primavera do Leste/MT - Brasil.

² Universidad Colúmbia del Paraguay - Asunción – Paraguai.

praticados contra grupos sociais ou culturais, mas que se expressa de forma mais contundente contra os negros.

A escola se revela um ambiente social heterogêneo no que diz respeito à diversidade, pois lida com alunos de diversas raças, culturas e condições sociais, tornando-se um ambiente controverso, pois atua na formação do cidadão e ao mesmo tempo é cenário de preconceito e de discriminação. Entretanto, a escola não reconhece ou reconhece e não sabe lidar com a presença do racismo em seu interior, tão pouco busca debater o tema para não estimular o assunto (ALLGAYER, 2005). Assim, a discriminação racial é percebida pelos olhos dos educadores e também da sociedade, que muitas vezes não sabem como intervir perante essas situações, se tornando, portanto, omissos e perdendo oportunidades de problematizar com os alunos as visões socialmente construídas em relação aos negros e afrodescendentes.

O preconceito e a discriminação racial por parte de colegas e professores, além de afetar o comportamento de suas vítimas, afeta o modo com que a criança se vê ou se sente diante da sociedade, gerando um sentimento de inferioridade em relação ao "branco" (BARRETO, 2010). Essas relações de conflitos existentes no ambiente escolar trazem resultados imensuráveis para suas vítimas, que podem apresentar comportamentos agressivos e violentos, sentimentos de inferioridade, inadequação social, potencial comprometido e fracasso escolar.

Neste contexto, este manuscrito se objetiva por compreender as relações, o comportamento e a visão historicamente construída acerca da discriminação racial, e os dilemas enfrentados por jovens negros e pardos no cotidiano escolar, problematizando as relações sociais que ocorrem neste ambiente. Para compreender melhor as relações de preconceito e discriminação racial, propõe-se construir um remonte histórico acerca de termos como: raça, movimento social, diferenças raciais, currículo, multiculturalismo e até mesmo o chamada "democracia racial". Apesar da tentativa das políticas públicas educacionais em acabar com os diversos tipos de discriminação, o preconceito racial ainda não foi silenciado, apresentando maior destaque dentre os demais.

Um dos ambientes propícios para a manifestação do racismo desde as fases iniciais é a escola, por ser um local onde diferentes segmentos da sociedade se encontram e convivem de forma sistemática, além de ser, muitas vezes, o primeiro contato das crianças com o diverso, o múltiplo. Neste ambiente, indivíduos negros e pardos são tidos como seres inferiores ao branco (HASENBALG, 1996). Partindo daí, os preconceitos se revelam por meio de gestos, palavras, brincadeiras e apelidos. Muitos destes não são considerados como preconceito pelos agressores, que continuam a praticar tais atos. Além disso, professores apresentam dificuldades em reconhecer as situações de preconceito e a intervir pedagogicamente diante dessa situação.

A dificuldade existente entre a maioria da população brasileira quanto à identificação racial é fruto da construção histórica de negação, do desprezo e do medo do diferente, sobretudo quando se relaciona diretamente a herança ancestral africana, além do mito da democracia racial, o qual negava, ou massacrava a existência do racismo na sociedade (GOMES, 2007).

A diversidade no ambiente escolar, ou o ambiente escolar em si, tem sido tratado como algo democrático, porém a escola tem formado pessoas preconceituosas, racistas e intolerantes às diferenças sociais, descumprido seu papel de educar. Nesse sentido a escola passa a ser um local de exclusão e não de formação de cidadãos. Todos esses conflitos confirmam a necessidade de uma

educação crítica que contemple a diversidade (LESSA, 2006). Para tanto é preciso preparo dos professores para lidar com questões científicas, étnicas, raciais e culturais.

Buscando compreender melhor sobre os aspectos da discriminação racial na sociedade, bem como no ambiente escolar, será realizada uma breve discussão acerca do conceito de raça e movimentos sociais que marcam a nossa sociedade, apresentando como se deu a construção dos discursos sobre as diferenças raciais no Brasil no final do século XIX e início do século XX, abordando a problemática do mito da democracia racial. Desta forma poderemos perseguir o horizonte no intuito de compreender como os conceitos de raça foram construídos e a discriminação racial passou a integrar a sociedade brasileira.

2. CONCEITO DE RAÇA E O MOVIMENTO SOCIAL

Quando adentramos no estudo aprofundado da aprendizagem com as mais diversas manifestações muito se tem discutido sobre raça e racismo na atualidade. No entanto, para vários biólogos e cientistas naturais, raça é um conceito que não faz mais sentido, tendo em vista que todos os homens e mulheres fazem parte da raça humana. Entretanto, para cientistas humanos (antropólogos, sociólogos, historiadores) raça é um conceito fundamental para se analisar a discriminação racial na contemporaneidade. Assim, para compreender essa celeuma, é necessário discorrer sobre os diversos significados deste termo. Inicialmente ele foi utilizado no século XVIII por Buffon, que definia os homens da raça negra, isto é, os africanos, como rudes, supersticiosos e preguiçosos (SCHWARCZ, 2012).

O naturalista Lineu classificou os seres humanos em seis variedades: 1) homem selvagem, 2) americano, 3) europeu, 4) asiático, 5) africano, 6) monstro; as quais eram atribuídas descrições físicas e características comportamentais (idem). Entretanto, a autora afirma que alguns intelectuais iluministas consideravam os grupos humanos na sua origem e na sua conformação como iguais, seguindo a visão monogenista, a partir de um pensamento bíblico que acreditava em uma humanidade *una*, ou seja, possuidora da mesma origem.

Dessa forma tem-se, por um lado, os *monogenistas*, que consideravam que a humanidade tinha origem única, e, por outro, a posição *poligenista* que defendia a inferioridade biológica e, conseqüentemente, cultural dos grupos não brancos (GOMES, 2012). A disputa entre *monogenistas* e *poligenistas* foi amenizada após a publicação de *A origem das espécies* de Charles Dawin (1859) e, segundo (SCHWARCZ, 2012, p. 26),

[...] os primeiros ficam satisfeitos com um suposto evolucionismo da humanidade – que ainda concebiam como *una* – continuaram a hierarquizar raças e povos, em função de seus diferentes níveis mentais e morais, estes teóricos irão originar uma linha da antropologia conhecida como evolucionismo social. Os segundos, ao mesmo tempo em que passam a admitir ancestrais comuns na origem da evolução humana, afirmavam que as espécies humanas tinham se separado a tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas (SCHWARCZ, 2012, p. 26).

Assim, de acordo com a autora, o conceito de raça sofre uma modificação em relação àquela desenvolvida na biologia, pois passam a ser atribuídos à raça, elementos de ordem política e cultural, colocando negros, indígenas e mestiços em posição de inferioridade.

A discriminação e o preconceito perduram desde o período da escravidão, que perpetuou no Brasil até o final do século XIX. Fabiani (2005, p. 6) define a escravidão como

[...] quando o trabalhador escravizado é considerado uma mercadoria; quando seu proprietário pode decidir onde, como e quando empregar seu trabalho; quando, ao menos em teoria, a totalidade do produto do trabalho cativo pertence ao amo e, finalmente, quando o *status* servil é vitalício e hereditário (FABIANI, 2005, p. 6).

Para Mattoso (2003), o período de escravidão se prolonga, com o nome diferenciado, o determinismo biológico, o qual considerava os negros como pertencentes a uma “raça inferior”. O determinismo biológico afirma que o comportamento e as diferenças sociais e econômicas que existem entre os grupos, diferenças de raça, de classe e de sexo, derivam de características herdadas geneticamente. Nesse sentido, o determinismo biológico é classificado como “um mecanismo de dominação por meio da inferioridade racial” (MAGGIE, 2006, p. 12).

Na verdade, não é a escravidão que se prolonga, mas algumas concepções científicas do final do século XIX, como o determinismo biológico e o darwinismo social. Segundo Gomes (et al. 2004), o determinismo biológico classificava e hierarquizava a humanidade, estabelecendo categorias às pessoas como “desejáveis” e “indesejáveis”, e a miscigenação era considerada muitas vezes um erro social, cultural e, principalmente, biológico.

A teoria de seleção natural de Charles Darwin é um conceito criado pelo naturalista, que afirma que a diversidade das espécies existentes originou-se de um processo evolutivo. Uma tendência bastante comum no final do século XIX era o movimento de utilizar conceitos, termos e metodologias das ciências naturais para legitimar as ciências humanas. Partindo daí surge o darwinismo social do século XIX, definido por Gould (1991, p. 111) como “o uso da teoria evolucionista para apresentar a pobreza como algo inevitável”. Essas considerações foram muitas vezes utilizadas para classificar e excluir os negros de nossa sociedade durante o século XIX, sugerindo que negros e pardos eram os menos aptos à sobrevivência, enquanto que os mais ricos e brancos, que evoluíram economicamente, seriam os mais aptos a sobreviver, por isso os mais evoluídos. O darwinismo social reforça essa ideia, aplicando as noções de evolução e sobrevivência às sociedades e nações, e associando-as ao racismo e ao imperialismo.

A partir destas problemáticas, a pesquisa adotou como categoria de análise o termo raça. Segundo Munanga (2005), o termo raça é usado para designar descendência, ou um grupo de pessoas com um ancestral comum contendo características físicas em comum. Neste sentido, os indivíduos de pele negra ou parda, eram descendentes dos escravos e considerados como pertencentes a uma “raça inferior” – a raça negra.

Todas as pessoas buscam classificar as coisas que as rodeiam. A ciência classifica os seres vivos em reino, filo, classe, ordem, gênero e espécie, no qual todos os seres humanos são classificados como pertencentes a uma única espécie, o *Homo Sapiens*. Entretanto o termo raça foi durante muito tempo, usado para demarcar as três grandes raças: branca, amarela e negra e as diferenças biológicas que explicariam, por sua vez, as diferenças culturais e sociais entre elas.

O avanço dos estudos sobre a genética humana provou biológica e cientificamente que as raças não existem. No entanto, para Munanga (2005),

[...] a sociedade atribuía uma escala de valores entre as raças, onde os indivíduos da raça "branca" foram decretados coletivamente superiores aos da raça "negra" e "amarela" e, estabelecia relações entre o caráter biológico (da raça negra) e as qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores, nascendo daí o racismo ligado ao conceito de raça (MUNANGA, 2005, p. 5).

Assim, se biologicamente o conceito de raça não existe, culturalmente e socialmente ele deve ser considerado, não só para desvendar, enfocar e desconstruir o racismo, mas para legitimar diferentes culturas, o que muitas vezes é feito através do conceito de etnia.

Apesar do fim da escravidão, os negros e pardos continuam a ser marginalizados e excluídos da sociedade em consequência do preconceito racial. A luta dos negros contra essa eterna "escravidão" levou à fundação de inúmeros movimentos de valorização à cultura negra no país.

De acordo com Campos (2005), após a abolição, os negros buscaram sua inserção social, participando da imprensa dos "homens de cor", e de um grupo político denominado Frente Negra Brasileira, na década de 30. A partir daí o movimento negro foi ganhando força na busca por políticas públicas de valorização da cultura negra e da supressão ao racismo. No final da década de 1960, o movimento negro, particularmente aquele vinculado às universidades, ressignificou o termo raça, visando colocá-lo no centro do debate. Segundo Moreira (2008), na década de 1970, o Movimento Negro Unificado e os teóricos que defendiam a causa, ressignificaram o conceito de raça como uma construção social forjada nas tensas entre brancos, negros e indígenas.

O movimento negro se manifestou de maneira expressiva dentro do espaço político brasileiro. Partindo daí, várias políticas públicas de promoção à igualdade racial foram desenvolvidas. Um exemplo disso foi a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que representa a materialização de uma histórica reivindicação do movimento negro em âmbito nacional e internacional e uma inequívoca demonstração do tratamento que a temática racial passaria a receber dos órgãos governamentais a partir daquele momento. Outra ação de destaque foi o projeto de Lei nº 3.627, de 20 de maio de 2004, que "instituiu o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior". Apesar das críticas, inúmeras universidades aderiram ao projeto, sendo que, já em dezembro de 2008, oitenta e quatro instituições federais e estaduais públicas de ensino superior já empregavam algum tipo de ação afirmativa de ingresso para os estudantes (SOUZA, 2000), levando a oportunidade para inúmeros jovens de ingressar na faculdade e conseguir uma melhor oportunidade de emprego e qualidade de vida.

Para Munanga (2001) as críticas em relação à cota de negros nas universidades públicas na verdade não são em relação à cota em si, mas sim ao ingresso e permanência do negro nas universidades públicas. Apesar destas críticas, é importante salientar que a cota é um instrumento, uma medida emergencial para tentar reverter um histórico de injustiças.

3. A CONTRUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE AS DIFERENÇAS RACIAIS NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

A construção dos discursos sobre as diferenças raciais no Brasil no final do século XIX e início do Nos anos finais do século XIX, a campanha abolicionista e a proclamação da República marcaram a história

do Brasil. A primeira lei antiescravista promulgada em 1831, proibiu o tráfico de escravos com a África, e em 1850 é aprovada a Lei Eusébio de Queiróz, reafirmando a proibição do tráfico internacional de escravos. Os africanos não eram mais vistos como mercadoria, mas defendidos como as verdadeiras vítimas do comércio escravista. O mesmo não ocorreu com os negros nascidos no Brasil, conhecidos como crioulos. Na verdade, a proibição do tráfico internacional significou o aumento considerável do tráfico inter-regional no Brasil.

Entretanto, segundo Hofbauer (2006), a escravidão já existia nas sociedades africanas como parte da própria dinâmica destas sociedades. Entretanto, ela foi absorvida pelas sociedades ocidentais com objetivos financeiros específicos.

De acordo com Guimarães (2002), esses escravos eram trazidos para América, onde readaptaram suas vidas dentro dos novos contextos, expondo suas ideias, seus artefatos culturais e políticos, transformando as memórias culturais trazidas da África e desenvolvendo uma nova cultura. Dessa forma, esses africanos passaram a fazer parte de uma nova nação, resultado da miscigenação das raças branca, negra e indígena.

Quando se fala na história brasileira, é válido ressaltar a importância da contribuição dos índios, dos negros e dos europeus para a construção da cultura da sociedade brasileira. Para muitos, a sociedade foi construída a partir de uma mistura de tradições, conceitos e valores que se consolidaram na nação brasileira, composta de brancos, mestiços, negros e indígenas. No entanto, esse discurso idílico e harmonioso, relacionado com a construção da identidade nacional, não correspondia à realidade.

4. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Na segunda metade do século XIX, após a proibição do tráfico interatlântico de escravos, com o incentivo do governo arquitetou-se no Brasil o ideal do branqueamento, como uma política nacional de promoção de imigração europeia, que visava suprir a escassez de mão de obra resultante da abolição e modernizar o país através da atração de mão de obra estrangeira, segundo Skidmore (1976). De acordo com o autor, o ideal de branqueamento foi incorporado pela população e se apresenta na atualidade através de uma desvalorização da estética negra e uma valorização da estética branca, por meio da tentativa de "melhorar" a raça através de casamentos mistos.

Segundo Lewgay (2006), surge no Brasil, na década de 1920, o mito da democracia racial, que se consolidou no imaginário social baseando-se na ideia de que o racismo havia acabado. A expressão "democracia racial" surge em diversos discursos intelectuais na década de 1930, no entanto, a crença na democracia racial, ao menos como ideal de igualdade e de respeito, torna-se consenso nos anos 1950, atingindo o seu auge na década seguinte, propondo a harmonização da relação entre raças.

Logo, a ideia de que o Brasil era uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou a posições de riqueza ou prestígio, era já uma ideia bastante difundida no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa (GUIMARÃES, 2002). Logo, o mito da democracia racial fez com que se propagasse no Brasil uma das formas mais perversas de racismo: o racismo velado mascarado pelo status liberal e democrático (MUNANGA, 2000).

Estabeleceu-se assim uma competição, ou falsa competição, entre negros e brancos, onde os primeiros encontravam-se em desvantagem no acesso aos bens públicos e privados, tendo em vista que o mérito não era o único critério para o indivíduo conseguir certa ascensão social, sendo o fracasso dos negros e pardos atribuído às suas próprias deficiências (SILVA, 1994).

A assimilação e reconhecimento social do mestiço ocorriam à custa da depreciação dos negros e da concordância da pessoa negra em negar sua ancestralidade africana, posto que estivesse socialmente carregada de significado negativo. Para Souza (1997), os casos de ascensão social de pessoas de cor não enriqueciam o grupo social dos negros e dos mestiços, uma vez que eram encaradas como “negros de alma branca”. Um exemplo interessante é o caso de Machado de Assis, o qual, todos sabiam que era mulato, mas não deveriam admiti-lo publicamente evitando situações de constrangimento em que ele ou outros mulatos pudessem sentir-se envergonhados de sua origem negra (VERMEULEN, 2000).

Para Guimarães (2002), esta realidade social estruturada pelo ideal de branqueamento e pelo mito da democracia racial, manteve intacto o padrão de relações raciais brasileiro, não sendo posto em prática nenhum tipo de política que pudesse corrigir as desigualdades raciais.

Munanga (2004) destaca as desvantagens dos negros e pardos em relação aos brancos em pleno século XXI, em vários aspectos tais como: infraestrutura urbana e habitação, acesso à educação e justiça, mercado de trabalho e na distribuição de renda, demonstrando que a democracia racial no Brasil ainda é um mito.

Para Munanga (2004),

No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro (MUNANGA, 2004, p. 11).

Guimarães (2002) afirma que o racismo praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, se reformulando através dos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural. No entanto, as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. Por este aspecto, “o que mudou, na realidade, são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subtende a dominação e a exclusão ficou intacto” (MUNANGA, 2005, p. 11).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é conhecidamente um país multicultural, o que nos dá essa característica peculiar; sofreremos múltiplas influências. Ainda bem. Temos o que discutir. E foi justamente isto que buscamos recortar nestas páginas. Em que contexto histórico brasileiro nos inseriu? Que construção racial foi essa? E mais. Construimos ao longo dos anos uma democracia racial; mas por que ela não se consolida? Por que ainda precisamos resistir, afirmar e mostrar que existimos? Por isso, chamamos ousadamente aqui por “mito” da democracia racial.

Apesar das intensas reflexões, ainda precisamos avançar nas discussões acerca da construção racial do país. É inegável que avançamos em aspectos com reconhecimento, valorização e inclusão; mas ainda não é o suficiente. Precisamos afirmar e reafirmar todos os dias. É um exercício diário.

Progredimos sim de onde estivemos muitos anos; cercados de concepções, falas, estigmas e [pré]conceitos; mas ainda necessitamos discutir, trazer para a mesa as situações cotidianas que pessoas como eu, você, a dona de casa, as vítimas de preconceitos, pois são nestas pessoas “invisíveis” para alguns da sociedade que os estereótipos se manifestam. E apesar de em um primeiro momento não terem tanta força e repercussão [considerando muitos fatores, inclusive o social], reforçam e mostram que sim. Ainda está presente. O preconceito está presente. A raça está presente. A pseudodemocracia racial está presente.

Não se trata de discutir de novo a mesma coisa. É mais do que isso. Precisamos de mais. Necessitamos ser lembrados a todo o momento que o racismo (de todas as formas) existe; ele está presente – no mais simples olhar atravessado para um cabelo diferente. No comportamento de pessoas que dependendo da situação se colocam superiores às outras. Na fala mesmo que “por brincadeira” estereotipando uma situação.

Vivemos sim o mito da democracia racial, assim como Platão trouxe há anos o mito da caverna, precisamos sair desta caverna que nós mesmos construímos e nos colocamos dentro. É preciso nos libertar de nossos próprios conceitos. Vigiar. Vigiar sim, primeiramente nossas ações, pois todos nós temos resquícios de uma influência branca, eurocêntrica e padronizada, que em suas diferentes gradações refletem nas atitudes diárias. Podemos não ser sempre; mas em algum momento precisamos parar e refletir – que democracia racial é essa que estou vivendo?

6. REFERÊNCIAS

- ALLGAYER, E. **Escravidão – negros & índios**: realidade, histórias e mitos. Porto Alegre: Rígel, 2005.
- BARRETO, A. C. J. **O lugar dos negros pobres na cidade**: estudo na área de risco do bairro Dom Bosco. 2010. 136 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- CAMPOS, A. **Do quilombo à favela**: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004) / Adelmir Fiabani. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- GOMES, Nilma Lino.; MARTINS, Aracy Alves. (org). **Afirmando direitos**: acesso e permanência de jovens negros na Univerdade. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC/Unesco, 2012.
- GOMES, Tiago de Melo. **Afro-Brasileiros e a Construção da Ideia de Democracia Racial nos Anos 1920**. Linhas, vol. 8, n.1, Santa Catarina, 2007.
- GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: editora 34, 2002.
- HOFBAUER, Andreas. **Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil**. Lua Nova, São Paulo, n. 68, 2006.
- HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (org). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.
- LESSA, Carlos. **O Brasil não é uma nação bicolor**. Valor Econômico, São Paulo, 25 de outubro de 2006.
- LEWGOY, Bernardo. **Do racismo clássico ao neo-racismo politicamente correto: a persistência de um erro**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, 2006.
- MAGGIE, Yvonne. **Uma nova pedagogia racial?**. Revista USP. São Paulo, n.68, p. 112-129, dez./fev., 2006.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Kátia M. de Queirós Mattoso: tradução de James Amado. – São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC- SECAD, 2005.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. André Augusto P. (Org). Niterói: EdUFF, p. 16-34, 2000.
- MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil**: um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e cultura, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: BRANDÃO, A. (Org) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Ed. UFF: Niterói-RJ, 2004.
- MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SILVA, Nelson do Valle. **Uma Nota sobre 'Raça Social'**. Estudos Afro-Asiáticos, nº 26, pp. 81-96, 1994.
- SOUZA, Jessé. **Valores e Estratificação no Distrito Federal**. In B. F. Nunes (org.), Brasília: A Construção do Cotidiano. Brasília, Paralelo 15, 1997.
- SOUZA, Jessé. **Democracia racial e multiculturalismo**: a ambivalente cultura brasileira. Revista Estudos Afro-asiáticos, n. 38, 2000.
- SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: Cor e raça na sociabilidade brasileira. Coleção Agenda Brasileira. S. Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- VERMEULEN, Hans. **Essencializando a Diferença**: O Censo Demográfico, o Multiculturalismo e os Multirraciais nos Estados Unidos. Estudos Afro-Asiáticos, nº 37, pp. 7-28, 2000.